

As redes, somos nós!

Jorge Rocha (*)

Pensar o espaço de trabalho na actualidade, implica conviver com a palavra rede e com a derivação dos seus significados, no entanto, desenvolver actividades em rede, não traz forçosamente uma novidade para o espaço social. A ideia relacional, ajustada ao léxico humano, existe desde que nos adaptamos à vida em comunidade. A massificação do uso de conceito, essa sim, é bastante actual e traz consigo a possibilidade de reajustarmos os sistemas piramidais onde nos inserimos a uma horizontalidade que as redes necessitam.

Com as tecnologias da informação e o uso da internet, a facilidade da comunicação entre pares, invoca preocupações de ocupar o espaço em igualdade na partilha do saber. Redes sociais como o Facebook ou twitter vieram aumentar esse índice de partilha, mas existem outros tantos projectos que intensificaram a possibilidade de crescer em rede, criando sistemas autónomos aos quais plataformas como o Ning tentam dar resposta.

Tornou-se fácil para qualquer pessoa criar a sua página ou blog de forma gratuita e assim expandir as suas ideias. Tal facto, deve-se em muito à crescente comunidade internacional de utilizadores, que desenvolve softwares e os disponibiliza gratuitamente na rede. Mas o mais interessante é sabermos que a tal acresce um sistema horizontal flexível. Permite-se assim que a criação do Zé seja melhorada e alterada pelo Xico, podendo o produto final ser utilizado pelo Manel.

Estas expansões alteraram substancialmente a forma como os sistemas políticos assumem as questões de direitos de autor, e como se criaram leis que espelham um corte com os intermediários. Tal confirma-se com a criação das Licenças Creative Commons que “permitem expandir a quantidade de obras disponibilizadas livremente e estimular a criação de novas obras com base nas originais, de uma forma eficaz e muito flexível, recorrendo a um conjunto de licenças padrão que garantem a protecção e liberdade - com alguns direitos reservados.”

O aumento de cidadãos a perceberem as vantagens dos sistemas partilhados, a que os Algarvios não serão alheios, exige do Estado e das organizações em geral uma mudança de paradigma, que passa pela incorporação dessas ferramentas nos seus sistemas, obrigando a uma adaptação dos quadros de pensamento unitário e a uma posição mais proactiva. O recurso a redes sociais, software livre e a leis claras da partilha de conteúdos, poderá facilitar a comunicação cultural dentro das estruturas das organizações e principalmente ampliar a possibilidade de escolher públicos e desenvolver discursos certos.

No Algarve e no país, a atitude da sociedade em relação a esta matéria vem-se reflectindo nos vários níveis de utilização das redes, quer pelos utilizadores individuais, quer pela crescente proliferação destas ferramentas nos meios empresariais que twitam os seus conteúdos.

Da parte do estado, usa-se algumas ferramentas, mas ainda não se viu uma clara política pública respeitante a estas matérias. Talvez se pudesse tomar como exemplo o homólogo Brasileiro, que não só usa software livre nos computadores do seu sistema e em sites dos seus Ministérios, como tem políticas de apoio, com um edital específico: “Pontos de Mídia Livre” - porque afinal as redes somos nós!

(*) Artista visual e produtor independente. Sócio da AGEAL